

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA E SUA GRAMÁTICA¹

Denise Balarine Cavalheiro Leite²

*A avaliação inovadora só será nova se for simultaneamente uma nova inteligibilidade, uma nova ética, uma nova política e uma nova estética.*³

Introdução

Ao início deste evento foram destacados, pelos palestrantes que me antecederam, os programas de avaliação da educação superior em nosso país. Cabe-me acrescentar a questão da avaliação participativa. Desculpem-me se faço plágios de meus próprios trabalhos. Sobre eles, neste texto, tento uma outra reflexão distinguindo uma possível gramática da avaliação participativa. Na medida em que faço este exercício, aprisiono um sentido. Vale a pena correr o risco para dialogar com todos e ouvir críticas e novos argumentos para sustentar um debate profícuo.

Tendo em vista a intensidade em que se dá a formulação das condições de avaliação da educação superior no país, coloco-me como alguém que está esperando o tempo passar para entender o que está acontecendo. Isto porque estamos todos imersos em um intenso movimento de reformas a partir das orientações de governo. Um movimento que vem se desencadeando desde a década de 1990 e

¹ Conferência apresentada no II Congresso de Educação da Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, nov. 2005.

² Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Educação da UFRGS. Pesquisador CNPq. E-mail: dleite@ufrgs.br

³ Paródia sobre frase original de BSSantos.

que, entre outras peculiaridades reformatórias, tem feito emergir antigos modelos de avaliação, tem procurado introduzir novos formatos ou, apenas metamorfosear procedimentos reconhecidos de avaliação. Tenho sido coadjuvante de alguns desses processos de avaliação que aconteceram e procuro entendê-los com meu olhar de pesquisadora, de docente, de assessor ou consultor eventual de algum órgão público, mas acima de tudo, como cidadã deste país. Enquanto o tempo não passa, para que possa pensar melhor, vou formando algumas convicções e tentando encontrar ressonâncias teóricas para embasá-las.

Neste texto, portanto, não vou desvendar ou sugerir grandes temas. Vou apenas resgatar elementos da prática cotidiana da avaliação, referenciar elementos que sustentem um procedimento participativo da avaliação institucional e "elencar" algumas "regras" para uma gramática da avaliação que venho deduzindo aos poucos. Na tentativa de tornar mais claro o pensamento sobre a prática da avaliação, relato inicialmente a percepção de alguns professores de minha universidade ao início de nosso segundo programa de avaliação quando o SINAES ainda não era uma realidade oficial. Depois vou comentar suas posições e colocar a questão da democracia e da participação em processos avaliativos como centro de minha exposição. Ao final apresento comentários dos docentes após avaliação da qual participaram no 3º. Ciclo avaliativo, dentro do modelo SINAES e, *last but not least*, introduzir as primeiras idéias sobre a gramática.

Questões dos docentes em reunião inicial de avaliação

O segundo programa de avaliação da UFRGS foi desenvolvido dentro da lógica do primeiro programa iniciado em 1993, mantendo a descentralização dos processos avaliativos através dos Núcleos de Avaliação das Unidades (NAUs). De acordo com o exposto no Projeto PAIPUFRGS 2004-2005,

De fev/2003 a set/2004 a UFRGS implantou o aprofundamento de sua Avaliação Institucional, com ênfase na Avaliação Interna, através do Programa de Avaliação Institucional Permanente da UFRGS – PAIPUFRGS: 2º Ciclo. Este foi elaborado numa perspectiva de organicidade avaliativa do conjunto de suas funções de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa, de extensão e de gestão acadêmica e administrativa, nas suas relações com os diferentes segmentos da sociedade e, também, com seus diversos níveis de relacionamento local, regional, nacional e internacional.

A ênfase na metodologia participativa deu continuidade ao envolvimento e à criação dos novos Núcleos de Avaliação de Unidades – NAU's, nas 27 Unidades Acadêmicas da UFRGS e também no Colégio de Aplicação e na Escola Técnica. Em uma das primeiras reuniões gerais para avaliação interna da universidade, alguns coordenadores desses núcleos assim se expressaram:

Avaliação é extremamente difícil.

Estão delegando para nós tarefa que é de vocês (da Comissão Central ou CPA).

Temos outras funções na universidade – pesquisar e ensinar e fazer extensão, por que agora temos que fazer avaliação também?

Não estou voltado especificamente para isto.

É muito complicado – estamos comendo o boi aos bifes!

Estamos desagregados.

Passaram para nós uma visão de forma muito genérica da avaliação, por parte da Comissão de Avaliação. Vocês entregaram grandes objetivos gerais, grandes filosofias.

Porque a Comissão não coloca de maneira mais sistemática, para penetrar nos desdobramentos de forma mais direta?

Eu entendo que os indicadores que vocês entregaram são procedimentos estatísticos para medir significância de resultados. Nós não temos o domínio, o corpus do conhecimento. Não faz parte do nosso dia a dia. Para nós, tudo isto é de uma obscuridade fantástica!

Só posso ser criativo se tiver uma referência para esta criatividade.

Queria que tivesse coisa mais concreta – sinto como se estivesse montando a roda.

Não vou fazer tudo desde o início – vamos decidir como é que se vai aplicar isto.

Modelo mal elaborado, não chega a conclusões consistentes, não sabe por onde começar, não sabe o que se quer saber.

Não temos obrigação de entender.

Não vou mais participar, a coisa tem que ser mais objetiva!

Tô pouco me ligando para a Vila Cai-Cai quero mais é que a pesquisa seja aprovada no CNPq.

Por que vocês não sugerem um modelo para tomar como referência.

Temos muitas contradições.

To preocupada com questão mais focada, até para dar respostas à Comissão.

Ansiedade é fruto da aflição para fazer o melhor possível.

Qual a importância dos NAUs nas unidades: NAU-vegando ou NAU-fragando?

Onde se coloca o tempo dos NAUs – só chupam energia, não devolvem nada, é buraco negro!

Fonte: Observação livre reunião NAUS UFRGS no 2º. Ciclo Avaliativo-2003-2004.

O que nos colocam estas questões?

Ainda que descontextualizadas estas questões talvez sejam as mesmas que são trazidas pelos docentes em outras instituições. Talvez elas tenham sugerido uma forma de ver a universidade como um projeto individual, ou de pequenos grupos, ou de comunidades fronteira, como diz Santos,

comunidades que “baseiam sua identificação interna numa clausura em relação ao exterior”, que se fecham internamente mas mantêm uma referência individual externa à universidade tendo como padrão a grande universidade estrangeira em que cada docente age individualmente, IES em que fez seu doutorado ou pós-doutorado. Para estes e muitos outros grupos de docentes ou técnicos ou administradores, de certa maneira, a avaliação institucional interna incomoda e desacomoda. Contribui para inquietar. Observa-se nas citações que os docentes querem que a Comissão proponha um modelo como referência ao qual todas as unidades seguirão, um questionário talvez, a ser respondido e analisado de forma massiva... De certa forma, uma proposta como o Provão, – os alunos fazem – os docentes não precisavam sequer ler os relatos que acompanhavam seus resultados e davam informações sobre os cursos freqüentados pelos alunos. Aquilo que todos parecem querer é um modelo mais objetivo, mais cartesiano. Lembro o Prof. José Dias quando analisa regulação e emancipação em avaliação. Os paradigmas se digladiam e, é sempre mais fácil trabalhar dentro daquele mais conhecido, aquele que nós dominamos e com o qual resolvemos as questões da pesquisa. Talvez se possa afirmar, também, que no imaginário desses docentes está presente o modelo de avaliação CAPES. Um modelo em que a secretaria, ou a coordenação do Pós preenche os formulários *on line*, e os docentes e os estudantes mantêm seus currículos individuais atualizados. Nesse modelo de avaliação, como exemplo do que todos há muito aprenderam, os currículos individuais que apresentam maior número de artigos publicados em periódicos bem classificados, ajudarão a compor o melhor conceito final para o programa de pós-graduação.

Ou seja, em avaliação é mais fácil trabalhar na certeza da resposta quando há um programa objetivo a cumprir com claros indicadores. Ou seja, quando se exercita uma avaliação criterial ou normativa.

Em princípio se consideramos as expressões dos docentes quando se propõem as avaliações internas, tipo auto-avaliação com participação, aparece um sentimento de que a avaliação é difícil e trabalhosa, de que ela produz uma intromissão na unidade, é só trabalho, não compensa, não tem retorno, cai-se em um buraco negro, sem volta depois que ela começa. Em geral, se constata um sentimento de inquietação e perplexidade.

Sujeitos emancipados ou acorrentados pela avaliação

Tenho discutido e muito refletido com colegas de diferentes áreas de conhecimento sobre o tema da avaliação que emancipa e da avaliação que controla e acorrenta os sujeitos. “A que interesses e forças têm servido os processos de avaliação?” Esta foi a pergunta da qual partimos, por exemplo, em uma oficina da Rede Unida. Na ocasião as perguntas que nos fazíamos, eram:

Reproduzimos ou rompemos com o que queremos combater?

Entregamo-nos ou resistimos ao hegemônico?

Em meio a tantos modelos e técnicas, com que consciência realizamos nossas escolhas neste campo de tensões e descobertas?

Em verdade, nem todos pensam da forma em que pensavam aqueles docentes expostos à "afitiva" situação da avaliação interna da IES. Felizmente,

Não são poucos os que afirmam e lutam para que o direito à participação e ao exercício do poder nos diversos espaços sociais e na Universidade brasileira, para que não seja a avaliação apenas uma prática discursiva. Dentre os diversos fenômenos que interferem na produção desta participação, a avaliação ocupa um lugar privilegiado. À medida que ela se constitui em cenário de articulação de forças, negociação de expectativas, construção de julgamentos e que possibilita inovações e manutenções. Avaliar constitui-se em um evento de intensa relevância ético-política. (SILVA; LEITE, 2005)

Avaliação como um evento de intensa relevância ético-política

Entendo a avaliação como um evento de intensa relevância ético-política, defendo que a avaliação institucional se faça através da participação com articulação em torno de princípios de democracia forte independentemente de modelos pré-traçados, com ou sem a presença de peritos no tema. Justifico minha posição. Costumo lembrar que o Brasil constitui-se como uma sociedade ainda jovem, uma sociedade nova que historicamente viveu períodos curtos de experiência democrática. Ora, sociedades novas, e desiguais como a nossa, como as sociedades latino-americanas em geral, precisam construir as regras do jogo democrático. Precisam construir autonomias e cidadanias. Precisamente neste ano de 2005, estamos vivendo intensos momentos de questionamento, de estupefação ante o desenrolar de fatos políticos referentes a uma cidadania perversa e mal construída sob o ponto de vista moral e ético. Isto não seria um fenômeno recente porque, como bem refere Comparato (2005), "a democracia no Brasil sempre foi um mal entendido" ou "uma democracia sem povo". Este processo histórico ao qual se refere o autor vem deixando sua marca corrosiva nas instituições e nos sujeitos. Haja vista, por exemplo, nossa atual descrença na democracia captada pelo Latino Barômetro.⁴ Em estudo de 2004, constatou-se um índice de apreciação da democracia em torno de 41 pontos no Brasil quando a pergunta é satisfação com a democracia e apoio ao regime democrático. Em termos comparativos, o Uruguai tem um índice de 78, para uma população que apóia os regimes democráticos.

A crise política que estamos atravessando revelou a fragilidade de nossa democracia – revelou a fragilidade dos poderes legislativo, executivo e, até mesmo, do judiciário. As manobras que assistimos pela televisão em tempo real, como se fossem um fato natural, aumentam a descrença na democracia representativa – afinal ela serve para abrigar interesses individualistas, privatistas da coisa pública e mercantilistas. Interesses que carregam consigo a corrupção, a falta de ética e de moral no seio das

4 Fundação sediada no Chile que pesquisa 18 países latinoamericanos. "Latinobarómetro is a non-profit organisation based in Santiago, Chile, which has carried out regular surveys of opinions, attitudes and values in Latin America since 1995. The poll was taken by local opinion-research companies in 18 Latin American countries, and involved 19,605 interviews in May and June 2004. The margin of error was 2.8-4.1%. Further details from www.latinobarometro.org

relações. No entanto, na esfera externa, o capital internacional parece satisfeito com o país – a economia brasileira vai bem – baixa o risco Brasil, baixa o dólar. Ou seja, se em termos de democracia política interna parece que estamos a viver um certo processo autodestrutivo, ouvindo as vozes externas, estaríamos a viver uma pseudodemocracia que serve ao imediato da ciranda financeira internacional. Nesse caso, instituições fragilizadas e vulneráveis servem como suportes preferenciais para a dominação dos tempos pós-modernos, para a pós-colonialidade dos tempos globais.

Com estas digressões sobre nosso déficit democrático quero mostrar que todos os momentos institucionais podem ser pedagogicamente orientados para aprendizagem democrática, para a prática da formulação das regras de jogos democráticos. Elas precisam fazer parte da nossa cultura institucional, praticadas e desenvolvidas no seio das relações que se dão no interior de instituições como as nossas universidades,⁵ instituições esteio de uma sociedade e ainda reconhecidas pela sociedade como instituições nas quais se pode confiar. Reconheço que muitas delas estão correndo o risco da mercantilização através de um processo que chamo *redesenho capitalista* com todas as implicações que este processo gera, desde as mais positivas até aquelas que poderão causar sérios prejuízos à formação ética da juventude. Abro um parêntesis aqui para lembrar que mesmo uma instituição juridicamente privada abriga e desenvolve um caráter e uma legitimidade que são públicas ao trabalhar com o bem público educação,⁶ como o comprovou em sua tese a Pró-Reitora da UniRitter, Professora Célia Caregnato (2004).

Ora, para muitos, fazer democracia na universidade seria desenvolver a extensão. No nível pessoal seria engajar-se em diferentes formas de luta, ao lado dos oprimidos e excluídos, “lá na Vila Cai-Cai” como disse o docente. Esta seria uma espécie de opção que daria legitimidade ao sujeito engajado. No meu pensar, há muitas frentes para atuar democraticamente. Uma delas, por exemplo, situa-se no campo da luta por alternativas democráticas que eliminem o dogmatismo da própria democracia representativa mal resolvida a cujos desmandos estamos assistindo no momento político brasileiro! A avaliação pode ser parte deste espaço se for entendida como evento de relevância ética e política. Isto implica em revisar a avaliação que praticamos nas instituições e na sala de aula, tratá-la de forma independente dos modelos e das propostas governamentais de avaliação. Isto implica em estudar melhor e aprofundar os conceitos de democracia que a avaliação pode proporcionar.

Democracia e seus significados no centro da discussão

Como estamos vendo, não é por acaso que a questão da democracia torna-se centro das discussões. Para falar sobre democracia, no entanto, preciso adjetivar o pensamento porque o

5 Quando me refiro a universidade uso o termo de forma genérica para abrigar centros universitários e faculdades isoladas e integradas, instituições públicas e privadas.

6 Bem público é um bem de consumo não competitivo e não excludente. Ou seja, o consumo de uma pessoa não vai afetar o consumo da outra, isto é, não vai faltar o bem para outra pessoa. É um bem não excludente, ou seja, ao qual todos podem ter acesso não sendo possível excluir pessoas do seu consumo.

entendimento de seus sentidos e significados não é consensual. Frequentemente recorreremos aos gregos para afirmar nossas suposições sobre ela. Para o povo grego a democracia seria a forma constitucional da cidade na qual todos têm a seu cargo a responsabilidade do bom governo. Ou seja, trata-se do governo dos cidadãos. Diga-se a respeito que em Atenas o povo (*demos*) não se confundia com a totalidade da população (*plethos*) e o cidadão que formava o *demos* era filho de pai e mãe ateniense. Se para Platão a democracia seria um governo inferior, até porque todo homem que nasce está sujeito à corrupção, para Aristóteles⁷ que examinou 158 constituições de cidades da sua época, a democracia seria a melhor forma de governo para uma república. Ela seria o poder supremo da cidade-estado em que todos têm a seu cargo o governo da cidade. Para Aristóteles a democracia podia ser igualitária, censitária, poderia implicar em questão de nascimento, poderia requerer participação sob o signo da lei e, ainda, poderia ser popular e demagógica sob a ação de uma autoridade despótica que não cuidasse da legalidade. A democracia poderia ser um mau governo quando a autoridade do povo governa em detrimento de si próprio. O sentido negativo da democracia teria resistido por quase 20 séculos. Na Idade Média surgem pensadores que recorrem à trilogia dos regimes de governo. É Montesquieu que vai modificar esta visão declarando o espírito das leis: o republicano, o monarquista e o despótico (GOYARD-FABRE, 1998).

Mesmo considerada a época, importa reforçar que das antigas origens “explora-se a essência transtemporal da cidadania”. Para Goyard-Fabre, Aristóteles vai definir que reside no corpo de cidadãos a verdadeira soberania de princípios da democracia. Destaca-se nas origens gregas, segundo Ferreira (1990), que a democracia compreendia o direito do cidadão poder falar nas assembléias – com responsabilidade sobre as palavras ditas – e pressupunha a igualdade de direitos e deveres perante a lei (*isonomia*), a igualdade e franqueza no falar (*isegoria*) e a igualdade no poder (*isocracia*).

Contemporaneamente pensa-se a democracia como representação, como democracia representativa. Esta forma de governo ajusta-se adequadamente, por exemplo, aos princípios liberais e neoliberais. Assim, para distinguir a antiga forma de governo grega da atual precisa-se fazer mão de outro adjetivo e chamar a democracia de democracia direta. Nesse caso a representativa, por oposição chama-se democracia indireta. Para Arblaster (1988), citando Rousseau e Paine, a democracia para existir tem de manter-se com o povo. Este é um poder que lhe pertence e não cabem transferências.

Para Barber (1997, p. 150) a democracia do século XX carregou consigo um potencial patológico, por isto ele articula a concepção de democracia direta com duas possibilidades: a consensual ou unitária e a forte ou participativa. Para o autor a democracia é uma maneira de viver, um modo participativo de existir e produzir cidadania. Sua definição formal de *democracia forte* condensa um sentido que instiga à reflexão. Para ele,

7 Aristóteles redige a constituição ateniense em torno de 330aC.

a *democracia forte* é uma política de participação onde o conflito é resolvido, na ausência de toda racionalidade extrínseca, graças a uma autolegislação contínua, uma participação constante e graças à criação de uma comunidade política capaz de transformar os indivíduos privados e independentes em cidadãos livres, tanto quanto os interesses privados, parciais, em bem comum.

Barber reconhece que a democracia unitária, por exemplo, pode ser viciosa ou meramente irrelevante. Mas, a democracia forte vai definir-se pela *atividade, pelo processo, pela autolegislação, pela criação e transformação*.

As palavras de Barber – atividade, processo, autolegislação, criação e transformação – podem aplicar-se à avaliação interna das universidades tanto quanto ela seja realizada de forma independente em relação aos modelos de avaliação externa que venham a ser propostos ou implantados. Isto porque, como “filhos de Rousseau,” clamamos pelo sentido de comunidade na universidade, pelo coletivo, pela cidadania, pela democracia em nossas relações. Os caminhos para isto não estão dados. Não são fáceis. Santos (1998) diz que é preciso reinventar a democracia dos nossos dias! Costumo afirmar que vamos laboriosamente reconstruir e reaprender as regras do jogo democrático para reinventar a democracia.

Avaliação com democracia em espaços de conflito, interesse e poder

Em geral, os déficits de democracia ocorrem muito próximo de nós. Parece não ser consensual a prática aberta da participação democrática como cultura institucional, como prática institucional, como parte do cotidiano das relações que se dão nas universidades. Se a universidade é uma instituição contraditória, como falaram os docentes, ela também é um espaço de liberdade e de criação. Porém, a história de democracia dentro da universidade, tal como na sociedade, está repleta de problemas. Temos lutas freqüentes dentro dos campos científicos, dentro das práticas sindicais, nos espaços coletivos e corporativos.

Muitas destas práticas foram dominadas por determinados partidos políticos. Em muitas delas, o número de incluídos costuma ser pequeno – formam-se “partidos” de poucos – os iniciados. Se não somam para a construção de uma democracia forte porque são auto-excludentes, o conflito provocado por essas práticas causa tensões entre “participacionistas”, os mesmos representantes, ao longo dos anos, nas mesmas comissões, associações e sindicatos, e os acomodados ou ‘cientistas’ que querem tempo para pesquisar e dar aulas sem sobressaltos ou interrupções. (Leite, 2005, p. 72)

A inércia política na universidade decorre, também, das condições de trabalho docente. Acomodados e silenciosos ou ‘laboriosos’ e resistentes profissionais ou simplesmente mulheres exercendo suas funções próprias trabalham em tempo parcial. Ambos devem ensinar e preparar suas

aulas, em rápidos períodos de tempo, pois têm de atender seus compromissos familiares, seus escritórios e consultórios e, com isto, desfrutam de poucas horas para cumprir com o mínimo de responsabilidades que o seu departamento ou programa exige. Para Arblaster (1988, p. 138) o silêncio (e a falta de tempo, posso acrescentar) é um inimigo da democracia na medida em que significa consentimento. "O consentimento é essencialmente uma resposta a iniciativas tomadas por outrem." Pode significar muitas coisas, dentre elas o "medo ou prudência perante o poder, indiferença, paralisia da vontade, súbita resignação, puro desespero, uma sensação de ignorância ou hábitos de subserviência".

Em trabalho sobre a avaliação de uma instituição pública brasileira Lima (2002) constatava o silêncio e a resistência docente aos procedimentos avaliativos entendendo-as com o sentido de "não querer se expor, medo de coerção". Conhecemos as decisões tomadas diante dos falsos consentimentos, diante do silenciamento de muitos. Elas são fruto de relações políticas construídas que levaram ao silêncio. Algumas delas são amadas por grupos corporativos, outras fazem parte de gestões autoritárias. "Tais decisões e ações, mediocrementemente levadas a cabo, podem estimular a 'tirania da participação' obrigatória ou o não-desejo da participação, o refugiar-se em ações que despertam o *ethos* da cultura do individualismo, do capitalismo acadêmico." Na verdade, todo espaço de participação é espaço de conflito onde se revelam muitos conflitos, interesses e busca de poderes.

Avaliação participativa com democracia forte

Analisando as avaliações de diferentes universidades ao longo de muitos anos de pesquisa encontrei casos de avaliação que guardaram *níveis de participação, intensidade de participação e controle dos sujeitos sobre os processos de avaliação* que caracterizaram uma forma de agir participativa ou uma co-gestão dos diferentes segmentos, sejam eles das comunidades internas ou externas às universidades. Sem dúvida, em nenhum dos casos analisados os processos foram simples. O exercício da democracia observado foi uma conquista pressionada pelos jogos de interesse e de poderes e também pelas questões individualistas ou objetivas mais imediatas.

Fica difícil afirmar que uma avaliação é participativa. Posso dizer que existem aproximações a uma avaliação participativa, com níveis e intensidades diferentes. Processos em permanente construção. Posso dizer que uma avaliação se torna participativa quando nela se podem identificar princípios de democracia forte. Isto é, uma cidadania ativa com autofiscalização, autolegislação e gestão descentralizada.

Quando me refiro a uma Avaliação Participativa penso que não existem peritos (*experts*) em avaliação que conduzem o processo. Os *principais destinatários ou grupos de referência* são os próprios atores do processo de avaliação institucional. Estes constituem os grupos autodelegados, as CPAs, as comissões formadas ou eleitas ou auto-indicadas – docentes, discentes, técnicos, profissionais e egressos – interessados em realizar a avaliação da universidade ou de unidades de ensino e pesquisa. Nelas, os representantes das comunidades externas à universidade, a comunidade interna, membros formais que

ocupam cargos em colegiados, os gestores eleitos, todos podem desempenhar papéis protagônicos. Os objetivos da avaliação, são efetuados mediante negociação, uma pactuação que vai incidir na auto-organização interna dos grupos e na formulação de metas com vistas à criação de conhecimentos sobre a instituição. A metodologia é ativa, retórica e dialógica expressada em diferentes maneiras, com diferentes tempos de realização porque envolve discussão e reflexão sobre o que fazer, como agir e como fiscalizar a ação. Envolve expansão do processo auto-educativo, através das atividades de sensibilização da grande comunidade interna. (LEITE, 2005, p. 112)

Posso dizer, com base nas experiências práticas e em resultados de pesquisa, que uma avaliação é tanto mais participativa quanto mais a sua prática fizer aproximações à vivência de democracia direta, de "democracia forte no seu sentido mais primitivo, ou seja, do governo do povo, do cidadão livre". Uma avaliação com este caráter transforma seus objetivos, porque se propõe a ser coadjuvante de um processo interno de aprendizagem política.

Suas metas passam a ser a defesa do 'bem público universidade', a aprendizagem política e a prática da autonomia". Por esse motivo a avaliação é processo e é conhecimento do qual se apropriam os sujeitos de diferentes saberes e posições de poder. "São estes sujeitos protagônicos que, através da avaliação participativa, produzem conhecimento sobre a instituição, sobre suas relações. Uma forma de conhecimento social produzido por todos, em permanente reconstrução. (LEITE, 2005)

Santos confirma que é através da avaliação participativa que efetivamente vão se introduzir as reformas nas instituições: "É por aqui que se fazem as reformas no interior de instituições como a universidade, pela questão do autogoverno e da autonomia, pela questão da negociação política" (SANTOS, 2005).

O processo de avaliação participativa é difícil como disseram os docentes e auto-exigente. Além disso, consome tempo. Decorre que a avaliação participativa não serve ao mercado, aos interesses imediatos, de respostas prontas. Por outro lado, a avaliação participativa tem um alcance limitado e tem uma configuração frágil que pode esvair-se a qualquer instante. Pode ser, também, uma prática de fachada, discursiva, só no nome. Pode até ser formulada, planejada em comum, mas não conseguir avaliar efetivamente a instituição. Pode, ainda, fazer surgir radicalismos e até autoritarismos que estavam submersos. Contudo praticar a autocrítica, a autolegislação, a autofiscalização, em processos de avaliação tem os seus ganhos em aprendizagem de democracia. Isto porque somos nós os sujeitos, atores e autores da avaliação que realizamos.

Para finalizar, transcrevo as palavras dos docentes da mesma universidade no 3º. Ciclo da Avaliação após a vivência com participação nos mesmos NAUs. Suas palavras são manifestações de uma autoria que foi obtida com alguma forma de participação democrática.

Questões dos docentes em reunião pós-avaliação

"Parar com a ingenuidade do processo de avaliação e apontar a ferida, brigando internamente."

"Temos que ter proposta!" "O que está ruim, o que tem que melhorar".

"Bater na mantenedora (o MEC) de frente."

"Botar o dedo onde está a culpa: – Viu só como estamos bons trabalhando assim? Agora formamos um exército bem munido."

"O avaliador externo olha com olhar soberano – reacionar ao avaliador externo. Antes não sabíamos como responder ao avaliador. Com o diagnóstico temos na mão as condições da universidade para conversar de igual para igual."

"As pessoas não querem fazer mais um relatório, querem resolver problemas."

"Feridas ou problemas: coisas que unem a unidade. Todos se unem em torno delas."

"Com a Avaliação (a participação dos NAUS dentro da unidade e no conjunto) – no mínimo as pessoas passam a se conhecer na universidade."

"O NAU hoje quer fazer parte dos Conselhos das Unidades."

Fonte: Observação livre reunião NAUS UFRGS no 3º. Ciclo Avaliativo-2004-2005.

Estas manifestações simples, captadas ao acaso, ajudam-nos a entender porque "a democracia participativa ou forte é um fundamento epistemológico para orientar o pensamento e a ação política no espaço público." Contribuem à formulação de algumas regras para uma nova gramática da avaliação.

Avaliação como dispositivo pedagógico-educacional: uma gramática da avaliação participativa

Tanto a avaliação institucional quanto a avaliação da aprendizagem, sob o ponto de vista educativo, fazem parte de um dispositivo pedagógico.⁸ Um dispositivo que é pedagógico, como ensina Bernstein, sempre vai regular a comunicação e selecionar sentidos e significados, constituindo uma espécie de gramática. Considerando as reflexões até aqui apresentadas, vou enunciar algumas regularidades da avaliação institucional participativa, como portadora de uma certa gramática, portanto, vou falar sobre a avaliação como parte de um dispositivo pedagógico e educacional. Nesse sentido a avaliação participativa possui uma gramática ideal, com alguma estrutura e algumas regras, facilmente identificáveis que a habilitam a ser e a acontecer. Esta gramática, por outro lado, desdobra aos nossos olhos questões a serem consideradas quando nos propomos a realizar este tipo de avaliação em nossas instituições e em nossas aulas.

⁸ Dispositivo pedagógico é a condição para a produção, reprodução e transformação da cultura (BERNSTEIN, 1990, p. 180).

Gramática da avaliação participativa

Regra 1: Avaliação como dispositivo pedagógico é um **instrumento de responsabilidade democrática**

- Processo de análise, estimativa ou juízo de valor mediante o qual se qualificam atividades de modo sistemático e rigoroso.
- Instrumento político para novas relações professor-aluno, governo-setor público-sociedade com vistas a um processo sustentado de reformas.
- Pode ser um instrumento de ordem contra-hegemônica.

Regra 2: Avaliação como dispositivo pedagógico é **ativadora da participação**, portanto, uma **ferramenta de reformas e mudanças**

- Processo de co-gestão formal ou informal conduzido por diferentes atores de uma sala de aula, de uma instituição ou organização social visando transformação
- Envolve negociação, decisão coletiva dos interessados
- Pode ser pactuada
- Não necessita *experts*, todos podem ser avaliadores
- Produz conhecimento autogerado
- Produz aprendizagem política de **democracia forte**.

Regra 3: Avaliação como dispositivo pedagógico é **uma ação tecnicamente competente**

- Não estandarizada
- Descentralizada
- Constrói-se na dialética regulação-emancipação (a regulação está sempre dentro da emancipação)
- Princípio da comunidade sobre o do mercado e do estado (do colonialismo para a solidariedade, participação, prazer, do individual para o coletivo).

Regra 4: Avaliação como dispositivo pedagógico é uma **ação permanente**

- Inclusiva
- Contínua e descentralizada
- Ascendente, de dentro para fora, de baixo para cima
- Trans e interdisciplinar
- Trans e multicultural.

Regra 5: A avaliação como dispositivo pedagógico envolve **atores protagonistas**

- Participantes do ato educativo são autores
- Participantes do ato educativos são atores

- Participantes do ato educativo constroem os caminhos de articulação dos processos de avaliação, sejam eles educacionais ou institucionais.
- Participantes exercem autovigilância sobre os processos de avaliação.

Regra 6: A avaliação resume a **totalidade** do dispositivo pedagógico

- Condensa significados
- Faz emergir sentidos
- Produz regras para o agir e o pensar
- Produz regras para o ser ético
- "Especializa consciências."

Para Bernstein (1990), é na instituição educativa que se diz aos sujeitos o que têm que fazer, aonde podem ir, como devem se comportar – o discurso é sempre regulador para fundar a moral e estabelecer a ordem social. Penso que esta gramática interna da avaliação participativa desperta possibilidades que estão além da reprodução e da regulação, além do "comportar-se como", além da avaliação que acorrenta ou regula. Isto porque a avaliação participativa apresenta uma gramática que aos poucos se vai conhecendo e que quanto mais se emprega mais se aprende a seu respeito. Desperta o sentido da liberdade e da criação de autonomias, questões inseparáveis do espírito da instituição de educação superior que busca a verdade ao produzir e disseminar conhecimentos. Pode ser uma referência, uma trilha para o caminho, não um parâmetro, para uma forma honesta de construção de cidadania emancipada, na prática, não no discurso. Na instituição formadora, a avaliação participativa pode ser uma aposta em valores, em promessas que foram cumpridas.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Tratado da política*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.
- ARBLASTER, A. *A democracia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- BARBER, B. *Démocratie forte*. Paris: Desclée Brouer, 1997.
- BERNSTEIN, Basil. *The structuring of Pedagogic discourse*. London: Routledge, 1990. v. IV.
- _____. *Poder, educación y conciencia*. Barcelona: El Roure, 1990.
- COMPARATO, Fábio Konder. Democracia direta já! *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 ago. 2005. Tendências e Debates
- CAREGNATO, Célia. *Caráter público e identidade acadêmica na educação superior: uma análise da diversificação institucional por meio do estudo de centros universitários*. 2004. 296f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.
- FERREIRA, J.R. *Participação e poder na democracia grega*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1990.

GOYARD-FABRE, Simone. **Qu'est-ce que la démocratie? La genéalogie philosophique d'une grande aventure humaine.** Paris: Armand Collin, 1998.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias.** Avaliação Institucional Participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Avaliação Institucional: a experiência da UNEMAT.** Entrelaçando as vozes e construindo os fios do silêncio. 2002. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

PORTO ALEGRE, RS. UFRGS. SAI. **Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 3º ciclo.** Avaliação institucional permanente da UFRGS, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia.** Lisboa: Gradiva, 1998. (Cadernos Democráticos, 4) _____. Prefácio. Avaliação institucional e o direito à igualdade e à diferença. In: LEITE, D. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa.** Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Rogério; LEITE, Denise (Coords.). **Temo de referência: O lugar do sujeito na avaliação: é possível avaliar para libertar?** In: CONGRESSO REDE UNIDA. Belo Horizonte: Rede Unida, 2005. (Oficina 27)

Recebido em: 28 ago. 2006

Avaliado em: 30 out. 2006